



Santa Casa
DE JAHU

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO
FINDO EM**

31 DE DEZEMBRO DE 2022



**Moore Prisma Auditores e
Consultores**

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores da
Irmandade de Misericórdia do Jahu
Jaú SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade de Misericórdia do Jahu ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade de Misericórdia do Jahu em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 3 de fevereiro de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3
CVM nº 11-713



Ricardo Aurélio Rissi
Contador - CRC 1SP137183/O-8

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.558.092	7.735.351	Empréstimos e financiamentos	10	7.611.373	2.180.161
Aplicações financeiras - recursos com restrições	5	15.710.760	3.532.713	Fornecedores e prestadores de serviços	11	7.006.313	8.787.957
Contas a receber	6	6.564.303	7.985.049	Salários, encargos sociais e contribuições	12	4.974.384	4.332.133
Estoques	7	6.559.339	4.119.082	Provisão de férias e encargos		7.836.939	7.523.262
Impostos a recuperar		39.838	-	Outras obrigações	13	1.423.862	1.328.986
Outros créditos		269.188	121.377	Subvenções a realizar	14	44.822.068	35.787.508
Subvenções a receber	8	31.163.839	34.217.684	Total do passivo circulante		73.674.939	59.940.007
Despesas antecipadas		25.879	18.119				
Total do ativo circulante		80.891.238	57.729.375	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	10	24.857.505	4.439.179
Realizável a longo prazo				Salários, encargos sociais e contribuições	12	2.543.040	2.727.787
Contas a receber	6	238.686	147.101	Outras obrigações	13	1.059.103	89.906
Depósitos judiciais		39.229	46.229	Subvenções a realizar	14	11.038.830	8.114.177
Imobilizado	9	68.251.309	69.153.461	Provisão para contingências	15	144.891	595.929
Intangível		3.884	6.801	Total do passivo não circulante		39.643.369	15.966.978
Total do ativo não circulante		68.533.108	69.353.592	Patrimônio líquido			
Total do ativo		149.424.346	127.082.967	Patrimônio social		6.004.322	9.688.050
				Ajuste de avaliação patrimonial - AAP		43.526.688	45.171.659
				Superávit (déficit) acumulado		(13.424.972)	(3.683.727)
				Total do patrimônio líquido	17	36.106.038	51.175.982
				Total do passivo e patrimônio líquido		149.424.346	127.082.967

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2022.



Alcides Bernardi Júnior
Provedor



Adhemar Galvanini
Tesoureiro



Ednilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456/O-5

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

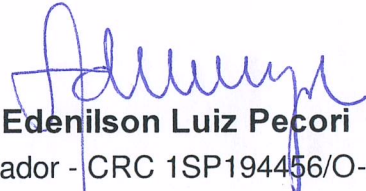
	Nota	2022	2021
Receita operacional			
Serviços hospitalares	18	73.838.753	94.905.242
Subvenções e doações	19	57.710.853	46.691.182
		<u>131.549.606</u>	<u>141.596.424</u>
Custo dos serviços prestados	20	<u>(133.376.052)</u>	<u>(139.709.724)</u>
Superávit bruto		<u>(1.826.446)</u>	<u>1.886.700</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Pessoal	21	(8.643.915)	(8.323.987)
Administrativas e gerais	22	(6.210.513)	(5.424.461)
Outras receitas	23	3.451.772	7.195.830
Superávit antes do resultado financeiro		<u>(13.229.102)</u>	<u>(4.665.918)</u>
Resultado financeiro líquido	24	(1.833.126)	(543.681)
Déficit do exercício		<u>(15.062.228)</u>	<u>(5.209.599)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2022.


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
Tesoureiro


Edenilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456/O-5

0

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

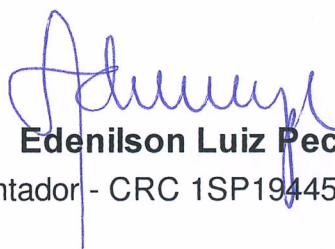
Descrição	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	11.882.602	46.727.081	(2.194.552)	56.415.131
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(2.194.552)	-	2.194.552	-
Baixa do custo atribuído dos ativos	-	(29.551)	-	(29.551)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.525.871)	1.525.871	-
Déficit do exercício	-	-	(5.209.598)	(5.209.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.688.050	45.171.659	(3.683.727)	51.175.982
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(3.683.728)	-	3.683.728	-
Baixa do custo atribuído dos ativos	-	(7.716)	-	(7.716)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.637.255)	1.637.255	-
Déficit do exercício	-	-	(15.062.228)	(15.062.228)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.004.322	43.526.688	(13.424.972)	36.106.038

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2022.


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
Tesoureiro


Ednilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456/O-5

2

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais

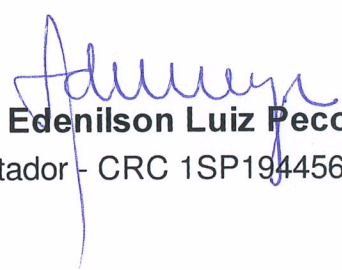
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(15.062.228)	(5.209.599)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	4.155.077	3.955.311
Baixas líquidas do imobilizado	10.075	257.879
Provisão para contingências	(451.038)	(1.071.788)
Provisão para perda sobre crédito	362.638	137.669
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações financeiras - recursos com restrições	(12.178.047)	319.753
Contas a receber	966.522	(971.032)
Estoques	(2.440.257)	329.861
Impostos a recuperar	(39.838)	85.400
Outros créditos	(147.811)	(50.500)
Subvenções a receber	3.053.845	2.182.639
Despesas antecipadas	(7.760)	2.852
Depósitos judiciais	7.000	17.271
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviços	(1.781.644)	(790.474)
Salários, encargos sociais e contribuições	457.504	(196.369)
Provisão de férias e encargos	313.677	1.041.923
Outras obrigações	1.064.073	(36.598)
Subvenções a realizar	11.959.213	(2.843.803)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(9.758.999)</u>	<u>(2.839.605)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(3.267.799)	(4.654.226)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(3.267.799)</u>	<u>(4.654.226)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Variação líquida das captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos	25.849.538	3.266.401
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos	<u>25.849.538</u>	<u>3.266.401</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>12.822.740</u>	<u>(4.227.430)</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	20.558.092	7.735.351
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.735.352	11.962.781
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>12.822.740</u>	<u>(4.227.430)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2022.


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
Tesoureiro


Edenilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456/O-5

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

1 Contexto operacional

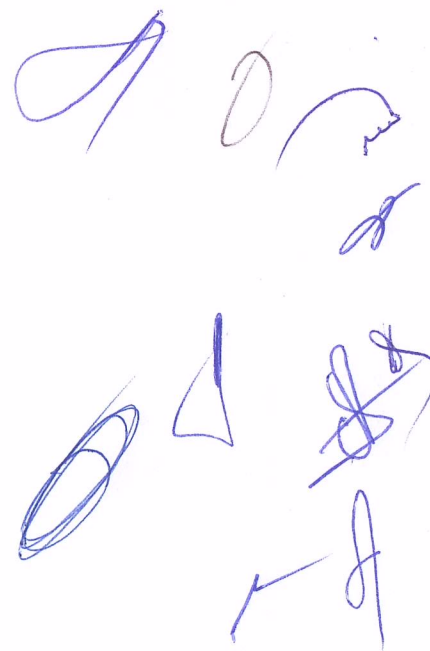
A Irmandade de Misericórdia do Jahu é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, imune de impostos e isenta de contribuições, regendo-se pelo Estatuto Social e demais disposições legais. A Entidade tem sua sede na cidade de Jahu, estado de São Paulo, localizada na rua Riachuelo nº 1.073 e tem como finalidade prestar assistência médica hospitalar a quem deles necessitar gratuitos ou não, prestar assistência social aos desvalidos, operar com planos privados de assistência à saúde e firmar convênios com entidades para criação e manutenção de unidade com os mesmos fins.

1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Entidade avaliou os impactos e riscos relativos aos seus negócios causados pela pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19).

A administração da Entidade no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores, tanto no contexto administrativo, como operacional, manteve as medidas como: reorganização das áreas da Entidade respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as pessoas, afastamento de colaboradores em situação de risco, adoção das orientações do Ministério e Secretarias de Saúde, reforço nas higienizações, distribuição de álcool líquido e em gel 70%, distribuição de máscaras de proteção para colaboradores e prestadores de serviços, monitoramento diário dos colaboradores em relação a sintomas, entre outros.

No sentido de resguardar a continuidade operacional normal diante das incertezas do momento atual, a administração da Entidade adotou medidas como contenção de despesas das áreas administrativas com orientação aos seus colaboradores através de suas lideranças, reorganização dos estoques com controles diários para minimizar impactos em relação à preços e demanda no mercado, entre outros.



2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1409/2012 - ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja emissão foi autorizada pela Diretoria em 3 de fevereiro de 2023.

b Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado; e
- propriedades para investimentos mensuradas pelo valor justo.

c Moeda de apresentação e funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.



3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

a Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1), portanto, são ativos financeiros básicos: i) caixa e equivalentes de caixa; ii) contas a receber; iii) outros créditos; e iv) subvenção a receber.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores e prestadores de serviços; ii) empréstimos e financiamentos; e iii) outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. Outros investimentos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

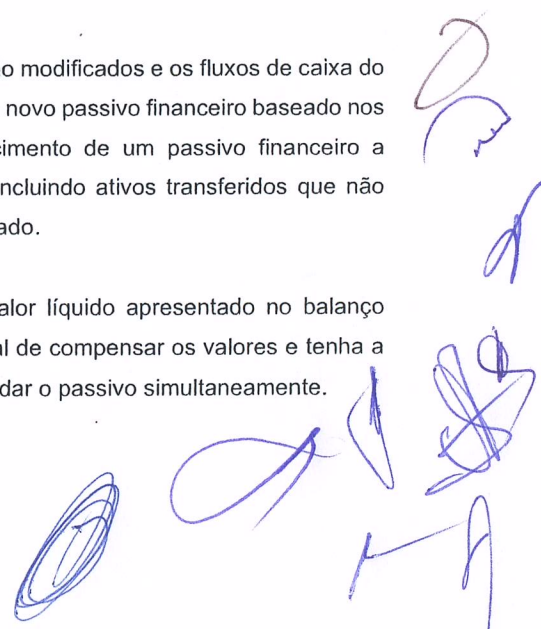
A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

c Aplicações financeiras – recurso com restrições

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência. Em sua maneira são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. No caso da Entidade, apesar da disponibilidade dos recursos, eles não serão consumidos de forma significativa no curto prazo, pois possuem restrição de uso, só podem ser resgatadas exclusivamente para as finalidades definidas nas contratualizações e estão sujeitas a prestação de contas.

d Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios médicos, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Entidade não tem a expectativa de outras perdas significativas.

e Estoques

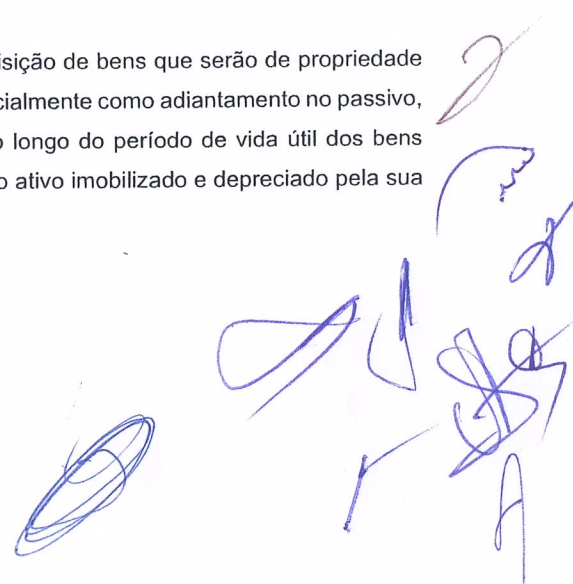
Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

f Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

Subvenção para custeio: Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

Subvenção para investimento: refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.



g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada acrescidos do custo atribuído – *deemed cost* – para os bens das contas de terrenos, edificações, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e veículos, com base em laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

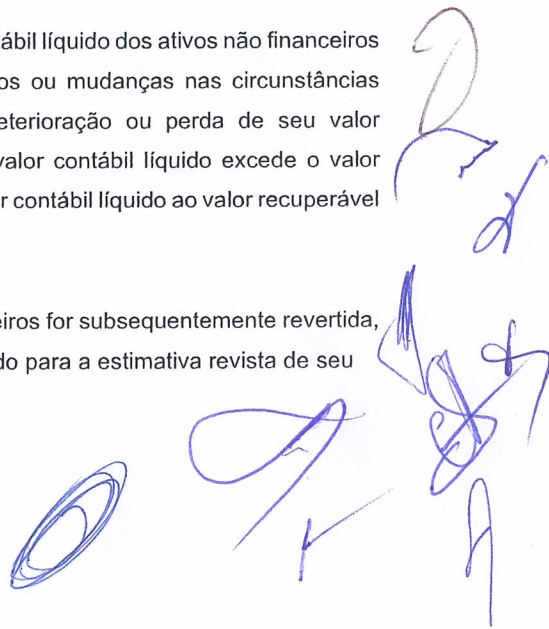
A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A administração da Entidade revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu



valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Entidade desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

i Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

j Fornecedores e prestadores de serviço

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

k Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

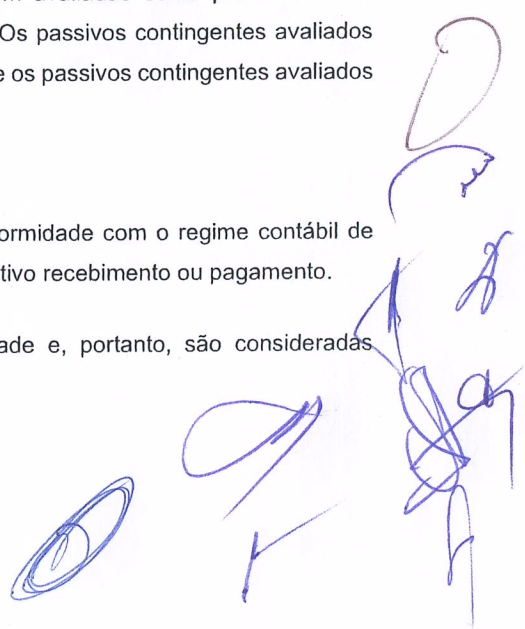
Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

m Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Entidade e, portanto, são consideradas operacionais.



n Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

o Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação e baixas), está sendo registrada diretamente no déficit aumentado no patrimônio líquido.

4 Caixa e equivalentes de caixa

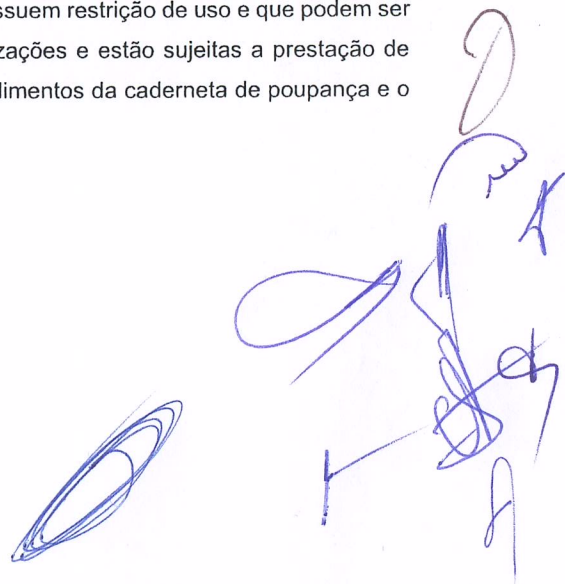
<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	3.671	7.228
Bancos conta movimento	8.094	5.373
Aplicações financeiras (i)	<u>20.546.327</u>	<u>7.722.750</u>
	<u><u>20.558.092</u></u>	<u><u>7.735.351</u></u>

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em fundos de investimento de renda fixa que podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Entidade e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

5 Aplicações financeiras – recurso com restrição

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Poupança Ouro - Banco do Brasil	15.694.818	3.531.208
Fundo de investimento - BB Referenciado DI	15.942	1.505
	<u><u>15.710.760</u></u>	<u><u>3.532.713</u></u>

Composto substancialmente por aplicações financeiras em poupança e em fundos de investimentos dos recursos recebidos por meio de subvenção municipal, estadual e/ou federal que possuem restrição de uso e que podem ser resgatadas exclusivamente para as finalidades definidas nas contratualizações e estão sujeitas a prestação de contas. Os recursos aplicados em poupança são remunerados pelos rendimentos da caderneta de poupança e o fundo de investimento remunerados com referência ao CDI.



6 Contas a receber

Descrição	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Convênios	2.113.441	-	2.113.441	3.623.250	-	3.623.250
Sistema Único de Saúde – SUS	4.709.573	-	4.709.573	5.019.380	-	5.019.380
Serviços médico hospitalares a receber	503.386	-	503.386	-	-	-
Outros créditos a receber	262.940	238.686	501.626	4.818	147.101	151.919
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(1.025.037)	-	(1.025.037)	(662.399)	-	(662.399)
	6.564.303	238.686	6.802.989	7.985.049	147.101	8.132.150

- (i) Refere-se a perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituídas sobre o montante considerado de difícil realização.

7 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos e materiais hospitalares	4.181.064	2.563.101
Almoxarifado (i)	1.592.332	1.263.474
Manutenção	110.567	78.608
Outros estoques	675.376	213.899
	6.559.339	4.119.082

- (i) Trata-se de material hospitalar, kits cirúrgicos e gêneros alimentícios.

8 Subvenções a receber

Em Subvenções a receber são registrados os montantes de valores contratuais a receber em relação aos convênios autorizados.

Os valores estão assim demonstrados:

Descrição	Natureza	2022	2021
Circulante			
Secretaria Estado Saúde - SES	Custeio	12.122.154	16.002.048
Prefeitura Municipal de Jau	Custeio	18.015.290	16.849.651
Prefeitura de Mineiros do Tietê	Custeio	-	37.500
Ministério da Saúde- FNS	Investimento	1.026.395	1.328.485
		31.163.839	34.217.684

9 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo histórico/ custo atribuído	Depreciação acumulada	2022	2021
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	16.857.081	-	16.857.081	16.857.081
Edificações	de 2,22% a 5%	39.050.154	(5.293.498)	33.756.656	34.653.600
Equipamentos de informática	de 20% a 100%	1.448.242	(947.231)	501.011	561.408
Máquinas e equipamentos	de 10% a 50%	25.298.375	(11.047.409)	14.250.966	13.802.561
Móveis e utensílios	de 10% a 50%	5.303.166	(2.780.965)	2.522.201	2.939.348
Veículos	de 16,67% a 25%	308.979	(217.739)	91.240	135.254
Construção em andamento	-	272.154	-	272.154	204.209
		88.538.151	(20.286.842)	68.251.309	69.153.461

b Movimentação do custo histórico

Custo	1º/1/2021	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Terrenos	16.967.138	-	(110.057)	-	16.857.081	-	-	-	16.857.081
Edificações	38.058.516	-	(113.765)	978.535	38.923.286	-	-	126.868	39.050.154
Equipamentos de informática	1.149.779	199.427	(22.805)	-	1.326.401	133.606	(11.765)	-	1.448.242
Máquinas e equipamentos	19.195.877	3.436.873	(90.000)	-	22.542.750	2.807.425	(51.800)	-	25.298.375
Móveis e utensílios	4.608.551	583.019	(13.539)	-	5.178.031	131.955	(6.820)	-	5.303.166
Veículos	308.979	-	-	-	308.979	-	-	-	308.979
Obras em andamento	747.837	434.907	-	(978.535)	204.209	194.813	-	(126.868)	272.154
	81.036.677	4.654.226	(350.166)	-	85.340.737	3.267.799	(70.385)	-	88.538.151

c Movimentação da depreciação acumulada

Depreciação	1º/1/2021	Adições	Baixas	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Edificações	(3.275.481)	(994.205)	-	(4.269.686)	(1.023.812)	-	(5.293.498)
Equipamentos de informática	(606.318)	(176.829)	18.154	(764.993)	(189.587)	7.349	(947.231)
Máquinas e equipamentos	(6.584.494)	(2.193.589)	37.894	(8.740.189)	(2.347.827)	40.607	(11.047.409)
Móveis e utensílios	(1.702.474)	(542.897)	6.688	(2.238.683)	(546.920)	4.638	(2.780.965)
Veículos	(129.712)	(44.013)	-	(173.725)	(44.014)	-	(217.739)
	<u>(12.298.479)</u>	<u>(3.951.533)</u>	<u>62.736</u>	<u>(16.187.276)</u>	<u>(4.152.160)</u>	<u>52.594</u>	<u>(20.286.842)</u>

10 Empréstimos e financiamentos

Finalidades	Vencimentos finais	Garantias	2022			2021		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro - Santander	set/24	Cessão de direitos/SUS	696.891	585.041	1.281.932	612.248	1.281.932	1.894.180
Capital de giro - Santander	ago/26	Cessão de direitos/SUS	721.048	2.436.199	3.157.247	634.998	3.157.247	3.792.245
Capital de giro -Caixa Econômica Federal	set/27	Cessão de direitos/SUS	4.098.259	15.026.949	19.125.208	-	-	-
Capital de giro -Caixa Econômica Federal	abr/27	Cessão de direitos/SUS	2.095.175	6.809.316	8.904.491	-	-	-
Conta garantida	-	-	-	-	-	895.912	-	895.912
Aquisição de bens	mar/22	Alienação de bens	-	-	-	37.003	-	37.003
			<u>7.611.373</u>	<u>24.857.505</u>	<u>32.468.878</u>	<u>2.180.161</u>	<u>4.439.179</u>	<u>6.619.340</u>

11 Fornecedores e prestadores de serviços

a Composição do saldo

	2022	2021
Fornecedores	3.584.974	5.023.262
Honorários médicos	3.421.339	3.764.695
	<u>7.006.313</u>	<u>8.787.957</u>

b Demonstração da idade dos saldos por vencimento:

Prazo de vencimento	2022			2021		
	Fornecedores	Honorários Médicos	Total	Fornecedores	Honorários Médicos	Total
A vencer						
Até 30 dias	2.301.492	3.421.339	5.722.831	2.812.673	3.764.695	6.577.368
De 31 até 60	1.150.538	-	1.150.538	1.510.342	-	1.510.342
De 61 até 90	61.694	-	61.694	473.220	-	473.220
De 91 até 120	10.047	-	10.047	38.280	-	38.280
De 121 até 150	4.386	-	4.386	34.395	-	34.395
De 151 até 180	3.750	-	3.750	29.565	-	29.565
Acima de 180 dias	7.124	-	7.124	88.697	-	88.697
Vencidos						
Até 30 dias	1.448	-	1.448	35.866	-	35.866
De 31 até 60	44.495	-	44.495	224	-	224
	<u>3.584.974</u>	<u>3.421.339</u>	<u>7.006.313</u>	<u>5.023.262</u>	<u>3.764.695</u>	<u>8.787.957</u>

12 Salários encargos sociais e contribuições

Descrição	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Correntes						
Salários a pagar	2.856.702	-	2.856.702	2.627.668	-	2.627.668
Pensão alimentícia a pagar	6.839	-	6.839	6.451	-	6.451
Contribuição sindical	38.259	-	38.259	36.719	-	36.719
INSS empregados	348.976	-	348.976	259.904	-	259.904
FGTS – Empregados	503.277	-	503.277	460.936	-	460.936
Rescisão a pagar	10.870	-	10.870	10.307	-	10.307
INSS sobre nota fiscal	45.349	-	45.349	40.890	-	40.890
IRRF a recolher	448.293	-	448.293	309.448	-	309.448
COFINS/PIS/CSLL	146.263	-	146.263	95.341	-	95.341
ISS	45.728	-	45.728	20.867	-	20.867
	<u>4.450.556</u>	<u>-</u>	<u>4.450.556</u>	<u>3.868.531</u>	<u>-</u>	<u>3.868.531</u>
Parcelamentos						
FGTS a recolher (i)	183.177	717.442	900.619	147.887	727.113	875.000
Parcelamento da procuradoria (ii)	340.651	1.825.598	2.166.249	315.715	2.000.674	2.316.389
	<u>523.828</u>	<u>2.543.040</u>	<u>3.066.868</u>	<u>463.602</u>	<u>2.727.787</u>	<u>3.191.389</u>
	<u>4.974.384</u>	<u>2.543.040</u>	<u>7.517.424</u>	<u>4.332.133</u>	<u>2.727.787</u>	<u>7.059.920</u>

- (i) Refere-se ao parcelamento do FGTS junto à Caixa Econômica Federal que foi negociado em 240 parcelas, com vencimento final em 1º/11/2027. O encargo social é relativo ao período de 12/2000 a 7/2007, e o saldo devedor está devidamente atualizado até 31 de dezembro de 2022.

- (ii) Saldo de parcelamento com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Pis, Pasep, IRRF e Cofins) em 180 parcelas, com vencimento final em 30/11/2029. O parcelamento é relativo a débitos de dívida ativa, e o saldo devedor está devidamente atualizado até 31 de dezembro de 2022.

13 Outras Obrigações

Descrição	2022	2021
Circulante		
Cheques a compensar	348.503	525.901
Acordos a pagar (i)	722.958	548.704
Empréstimo consignado	307.759	234.169
Outros valores a pagar	44.642	20.212
	1.423.862	1.328.986
Não circulante		
Acordos a pagar (i)	1.059.103	89.906
	1.059.103	89.906
	2.482.965	1.418.892

- (i) Trata-se de acordos judiciais de processos cíveis, parcelados e com vencimento final em setembro de 2026.

14 Subvenções a realizar

Ativo correspondente / Convênio	2022			2021		
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
Aplicação financeira						
Ministério da Saúde- FNS	-	4.830	4.830	-	430.893	430.893
Secretaria Estado Saúde - SES	2.816.988	430.000	3.246.988	955.648	-	955.648
Prefeitura Municipal de Torrinha	15.521	-	15.521	-	-	-
Prefeitura Municipal de Mineiros do Tietê	11.639	-	11.639	-	-	-
Prefeitura Municipal de Jau	11.840.477	1.364.864	13.205.341	1.918.489	-	1.918.489
Outros convênios	-	-	-	24.171	-	24.171
	14.684.625	1.799.694	16.484.319	2.898.308	430.893	3.329.201
Contas a receber						
Ministério da Saúde- FNS	-	1.026.395	1.026.395	-	1.328.485	1,328.485
Secretaria Estado Saúde - SES	12.122.153	-	12.122.153	16.002.048	-	16.002.048
Prefeitura Municipal de Mineiros do Tietê	-	-	-	37.500	-	37.500
Prefeitura Municipal de Jau	18.015.290	-	18.015.290	16.849.652	-	16.849.652
	30.137.443	1.026.395	31.163.838	32.889.200	1.328.485	34.217.685
Aquisição de ativo imobilizado						
Ministério da Saúde- FNS	-	4.524.391	4,524.391	-	4,713.656	4,713.656
Prefeitura Municipal de Jau	-	880.335	880.335	-	819.890	819.890
Secretaria Estado Saúde - SES	-	671.532	671.532	-	821.253	821.253
Outros convênios/doações PJ	-	2.136.483	2,136.483	-	-	-
	-	8.212.741	8.212.741	-	6.354.799	6.354.799
	44.822.068	11.038.830	55.860.898	35.787.508	8.114.177	43.901.685

15 Provisão para contingência

A Entidade, assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter provisão para as contingências cíveis e trabalhistas nos montantes abaixo considerados suficientes para cobrir eventuais perdas:

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Trabalhistas	144.891	353.882
Cíveis	-	242.047
	<u>144.891</u>	<u>595.929</u>

16 Passivos contingentes

A Entidade discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 10.063 mil (R\$ 12.860 mil em 2021) e R\$ 3.050 mil (R\$ 850 mil em 2021), respectivamente. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

17 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

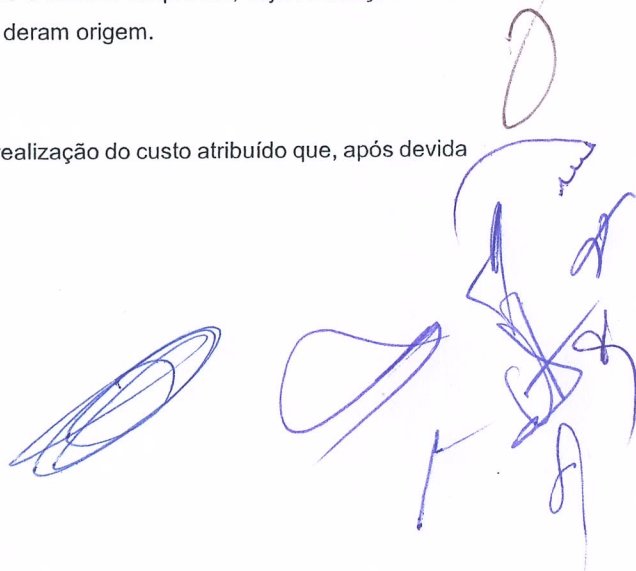
O patrimônio social da Entidade é representado pela dotação inicial, acrescida ou diminuída dos superávits ou déficits acumulados, após aprovação.

b Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

Referente a adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, cuja realização se dá mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

c Superávit/ déficit acumulado

Representa o superávit e/ou déficit do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social.



18 Serviços hospitalares

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Particulares	4.306.215	3.364.516
SUS (i)	44.515.523	54.962.748
Convênios (ii)	25.017.015	36.577.978
	<u>73.838.753</u>	<u>94.905.242</u>

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

19 Subvenções e doações

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subvenção municipal	44.393.230	29.671.017
Subvenção estadual	7.391.874	12.894.538
Subvenção federal	964.118	964.670
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	4.961.631	3.160.957
	<u>57.710.853</u>	<u>46.691.182</u>

20 Custos dos serviços prestados

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoal e encargos	(53.332.561)	(51.117.665)
Honorários médicos	(41.084.072)	(40.089.642)
Materiais, medicamentos e gases	(22.423.191)	(30.951.996)
Material de consumo	(4.456.886)	(4.264.706)
Limpeza e manutenção	(2.533.557)	(3.127.036)
Depreciação e amortização	(2.924.630)	(2.754.480)
Gêneros alimentícios	(1.929.769)	(1.773.297)
Serviços essenciais (Energia, água, telefone, internet)	(1.220.784)	(1.767.109)
Serviços terceirizados	(1.410.116)	(1.571.738)
Dietas enterais e parentais	(1.052.060)	(1.344.406)
Custos diversos	(536.003)	(396.309)
Remoção	(232.594)	(346.626)
Aluguel de equipamentos	(239.502)	(203.652)
Lavanderia	(327)	(1.062)
	<u>(133.376.052)</u>	<u>(139.709.724)</u>



21 Pessoal

Descrição	2022	2021
Salários e adicionais	(5.880.010)	(5.788.953)
Férias e encargos	(975.148)	(925.747)
Encargos sociais sobre a folha de pagamento	(807.346)	(658.486)
13º salário e encargos	(527.803)	(533.875)
Cesta básica	(321.962)	(281.446)
Plano de saúde e seguro de vida de funcionários	(108.455)	(104.054)
Vale transporte	(15.076)	(22.144)
Uniformes	(8.115)	(9.282)
	<u>(8.643.915)</u>	<u>(8.323.987)</u>

22 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Depreciação	(1.230.448)	(1.200.832)
Despesas diversas	(623.464)	(880.089)
Serviços de terceiros	(942.957)	(711.624)
Materiais de uso e consumo	(728.156)	(708.328)
Gêneros alimentícios	(397.583)	(421.390)
Manutenção, limpeza e reparos	(493.537)	(393.467)
Ajustes de estoque	(18.345)	(288.277)
Energia elétrica	(510.577)	(284.259)
Despesas com softwares	(211.662)	(217.305)
Telefonia	(147.645)	(157.198)
Provisão para perdas estimadas sobre créditos	(237.670)	(91.974)
Contingências	(668.469)	(69.718)
	<u>(6.210.513)</u>	<u>(5.424.461)</u>

23 Outras receitas

Descrição	2022	2021
Pronto atendimento – repasse convênios (i)	-	1.614.503
Reversão de provisões	771.411	1.103.496
Receita de venda da lanchonete	1.297.737	1.017.265
Recuperação de despesas médico-hospitalares	320.490	947.795
Ajuste de estoque	250.899	400.546
Recuperação de despesas diversas	214.699	326.553
Reserva de leitos	-	300.000
Receita com alienação de bens	-	152.943
Receita de aluguel	127.202	131.506
Nota fiscal paulista	104.140	125.991
Receita de medicamentos e materiais	162.190	135.052
Venda de descartáveis	87.301	61.827
Recuperação de processos	502	50.352
Anuidade de irmãos	33.659	30.520
Receita com esterilização de materiais	45.859	19.118
Receita com refeição de pacientes	-	1.032
Outras receitas	35.683	777.331
	<u>3.451.772</u>	<u>7.195.830</u>

(i) Trata-se de repasse para Unimed Jaú referente serviços de pronto atendimento, em 2022 a Santa Casa encerrou essa prestação de serviços.

24 Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	1.113.233	405.221
Descontos obtidos	264.032	97.661
Juros ativos	-	-
Recebimento de dividendo de ações	-	1.180
	<u>1.377.265</u>	<u>504.062</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(2.896.265)	(904.477)
Despesas bancárias	(311.547)	(142.214)
Descontos concedidos	(2.579)	(1.052)
	<u>(3.210.391)</u>	<u>(1.047.743)</u>
	<u>(1.833.126)</u>	<u>(543.681)</u>

25 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mês de competência	Remuneração paga	Autônomos		Base de cálculo	Assalariados	
		Isenção - 20%	Isenção - 20%		Isenção	Isenção
Janeiro	477.619	95.524	107.227	3.992.280	1.115.251	1.019.389
Fevereiro	363.872	72.774	102.400	3.901.311	1.089.839	1.075.217
Março	412.671	82.534	96.926	3.780.970	1.056.222	1.035.596
Abril	366.212	73.242	105.176	3.824.854	1.068.481	1.092.747
Maio	507.824	101.565	119.083	3.763.229	1.051.266	1.081.451
Junho	424.293	84.859	129.860	3.815.589	1.065.893	1.053.888
Julho	487.293	97.459	123.774	4.047.477	1.130.671	1.101.744
Agosto	499.470	99.894	124.981	3.917.483	1.094.357	1.078.990
Setembro	495.422	99.084	110.325	3.865.301	1.079.780	1.080.987
Outubro	481.804	96.361	101.500	3.644.493	1.018.096	1.034.391
Novembro	344.697	68.940	90.429	3.848.890	1.075.195	1.090.129
Dezembro	555.274	111.055	92.696	4.446.901	1.242.251	1.068.868
13º salário	-	-	-	3.564.033	995.620	982.615
	<u>5.416.451</u>	<u>1.083.291</u>	<u>1.304.377</u>	<u>50.412.811</u>	<u>14.082.922</u>	<u>13.796.012</u>

Além das isenções previdenciárias, a Entidade também teve as seguintes isenções:

Descrição	2022	2021
COFINS	4.091.359	4.478.890
IPVA	3.819	3.389
ISSQN	897.646	1.290.449
PIS folha	617.355	564.296
	<u>5.610.179</u>	<u>6.337.023</u>

26 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as entidades civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais

27 Composição dos órgãos de administração da Entidade

A Entidade conta com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Mesa Administrativa – constituído de 9 membros titulares e suplentes, que dirige, fiscaliza e controla a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elabora o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros desta Mesa Administrativa não podem ser nomeados para o Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros titulares e três suplentes.

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures in blue ink. There are approximately five distinct signatures, some appearing as simple loops and others as more complex, stylized scribbles. They are arranged in a loose cluster, with some overlapping.

28 Atendimento ao sistema único de saúde SUS

Com observância ao disposto pelo Artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o número total de internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados, no exercício de 2022 foi de:

Mês	Internação					Ambulatório			
	SUS		Não SUS		% de	SUS	Não SUS	% de	% SUS
	Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	internação	Qtde.	Qtde.	ambulatorio	Mensal
Janeiro	1.223	5.276	316	1.127	82,40%	12.714	3.542	78,21%	82,40%
Fevereiro	847	5.058	292	923	84,57%	9.752	2.264	81,16%	84,57%
Março	970	5.239	325	878	85,65%	12.646	2.454	83,75%	85,65%
Abril	1.004	4.881	370	919	84,16%	12.204	2.601	82,43%	84,16%
Maio	1.000	5.333	415	1.144	82,34%	12.914	3.256	79,86%	82,34%
Junho	932	5.321	384	1.087	83,04%	12.862	3.424	78,98%	83,04%
Julho	922	5.261	368	1.000	84,03%	11.624	2.659	81,38%	84,03%
Agosto	871	4.576	363	945	82,88%	10.826	2.486	81,33%	82,88%
Setembro	885	5.014	307	744	87,08%	10.812	1.257	89,58%	87,08%
Outubro	915	5.300	293	565	90,37%	11.475	1.348	89,49%	90,37%
Novembro	882	4.975	239	525	90,45%	11.583	1.222	90,46%	90,45%
Dezembro	931	4.998	229	669	88,19%	11.050	1.155	90,54%	88,19%
Total	11.382	61.232	3.901	10.526	85,33%	140.462	27.668	83,54%	85,33%

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), a Entidade obteve:

	Sim / Não	Máximo	Obtido
I - Atenção obstétrica e neonatal;	Sim	1,50%	1,50%
II - Atenção oncológica;	Não	1,50%	0,00%
III - Atenção às urgências e emergências;	Sim	1,50%	1,50%
IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e	Não	1,50%	0,00%
V - Hospitais de Ensino	Não	1,50%	0,00%

O percentual de atendimento ao SUS no exercício de 2022 foi de 88,33% (77,21% em 2021).

29 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e Parecer Técnico nº 461/2018/CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.093740/2018-40, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, a Portaria nº 832, de 17 de agosto de 2021 deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Entidade Irmandade de Misericórdia de Jahu. O certificado atual tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

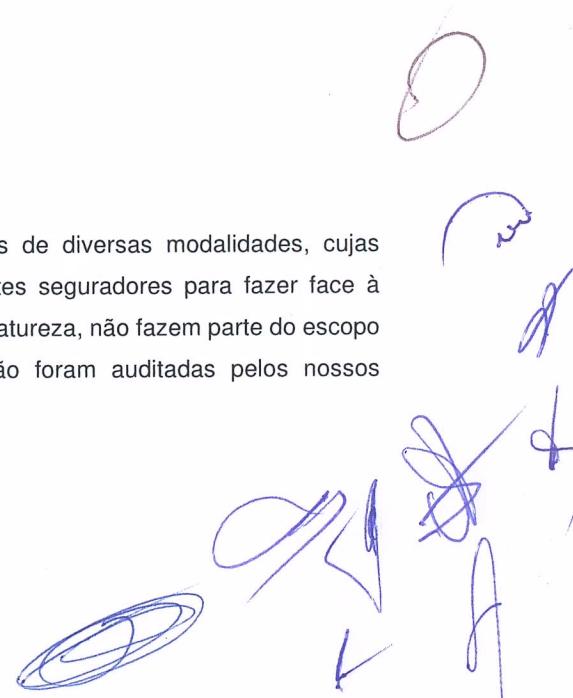
30 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

31 Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.



Jahu (SP), 31 de dezembro de 2022



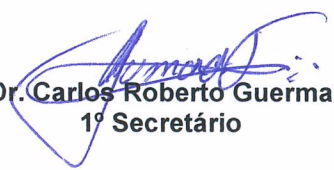
Alcides Bernardi Júnior
Provedor



Antonio Ângelo Rossi
1º Vice-Provedor



Adilson de Carvalho
2º Vice-Provedor



Dr. Carlos Roberto Guermandi Filho
1º Secretário



João Pacheco Galvão de França
2º Secretário



José Ayres Ferracini
3º Secretário



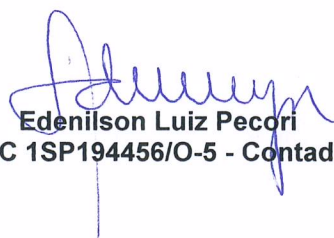
Adhemar Galvanini
1º Tesoureiro



Adilson Ortigoza
2º Tesoureiro



Dr. Ary José Bauer Júnior
3º Tesoureiro



Edenilson Luiz Pecori
CRC 1SP194456/O-5 - Contador



Fundada em 09/07/1893

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DO JAHU


Santa Casa


DE JAHU


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Irmandade de Misericórdia do Jahu, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as contas, os documentos e as demonstrações contábeis, relativo ao exercício findo em 31 dezembro de 2022, e ainda com base no parecer dos auditores independentes, Moore Prisma Auditores Independentes, declaramos que as demonstrações refletem com exatidão as operações realizadas no exercício, e somos de parecer favorável que as mesmas sejam aprovadas pelos Senhores Irmãos na Assembleia Geral.

Jahu (SP), 28 de fevereiro de 2023.


Antenor Pelizzon
Membro


Alberto Magno Simões Rodrigues
Membro


Diomar Rosa
Membro

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DO JAHU

Rua Riachuelo, nº 1073 - Jahu/SP - CEP - 17.201-340

CNPJ Nº - 50.753.631/0001-50 | Fone (14) 3602.3210 - Fax (14) 3602.3214

www.santacasaJahu.com.br